

## Ligas camponesas, musicalidade e movimentos sociais no Brasil



<https://doi.org/10.56238/tecnolocienagrariabiosoci-046>

### Ivonete Terezinha Tremea Plein

Mestre em Geografia (UNIOESTE). Mestre em Educação (UNILEON). Doutoranda em Geografia (UNIOESTE). Técnica em Assuntos Educacionais (UTFPR).

E-mail: ittp20@gmail.com

### RESUMO

Este capítulo apresenta um resgate de parte da história das Ligas Camponesas no Brasil, seus desafios e conquistas na luta pela Reforma Agrária e sua relevância como base do movimento social, mais amplamente conhecido no Brasil: o MST. Outro aspecto relevante deste ensaio é ilustrar a musicalidade presente nos movimentos sociais,

como ferramenta de mobilização. Metodologicamente, este capítulo foi estruturado a partir de revisão bibliográfica sobre a história e caracterização das Ligas Camponesas e a demonstração de como a música é um instrumento de luta dos movimentos sociais no Brasil. Como principais resultados destaca-se: (a) que a luta pela terra não terminou, seguindo como uma das principais reivindicações, em face a realidade, cada vez mais, desigual no campo e na cidade; (b) o povo brasileiro utiliza-se de sua expressão cultural para denunciar o abuso de poder e as injustiças sociais, como forma de manter seu apelo pela justiça sem que isso os condene a discriminação total.

**Palavras-chave:** Reforma agrária, Justiça social, Expressão cultural.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Os movimentos sociais no Brasil são marcados pela musicalidade, pela luta de diferentes classes unidas num mesmo ideal, qual seja: a busca incessante pela terra, moradia, trabalho e justiça social em todos seus aspectos. Na metade do século passado, as Ligas Camponesas ganharam expressão nacional e tornaram-se a base para outros movimentos sociais após a ditadura. Fazer um resgate desses movimentos é imprescindível para a atualidade brasileira.

Refletir sobre as Ligas Camponesas no Brasil e, um pouco da origem dos movimentos sociais, é sempre intrigante e desafiador, já que a história é contada ou revelada, no mínimo, por duas partes e cabe análise de quão real e significativa se fazem, num processo de entendimento das realidades.

Criadas em 1954, no município de Santo Antônio, em Pernambuco, as Ligas Camponesas foram uma força gigantesca dos camponeses brasileiros, silenciadas pelo Regime Militar, mas que cumpriram seu papel na organização e na luta pelo acesso à terra, deixando seu legado, sua força e exemplo para as iniciativas de mobilização na redemocratização do país. Questionavam o poder dos latifundiários no campo e fortaleciam os movimentos dos trabalhadores urbanos nas cidades.

<sup>1</sup> Versão revisada e ampliada à apresentada e publicada nos Anais do SINAPEQ (TREMEA PLEIN, 2022).



O capítulo está dividido em três partes. Na primeira, uma breve discussão sobre o movimento político da classe camponesa através das Ligas. A segunda trata da caracterização das Ligas Camponesas. Enquanto, a terceira parte, mostra a dimensão de ameaça ao poder estabelecido, perpassando no tempo histórico e, a presença das representações musicais de luta dos movimentos sociais até a atualidade.

## **2 AS LIGAS CAMPONESAS COMO MOVIMENTO POLÍTICO DA CLASSE CAMPONESA**

Os movimentos sociais no mundo têm características distintas, dependendo de sua localização no espaço/tempo, sem com isso, desqualificar sua luta comum pela construção de sociedades mais igualitárias e ausência de opressão. Neste cenário, nem sempre há consenso sobre os movimentos sociais no campo, há aqueles que, usando-se do discurso de Marx, neguem aos camponeses sua capacidade de mobilização.

Marx (1978), na obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” analisa o retorno da França à monarquia apoiada pelos camponeses. O autor mostra-se bastante irritado com a situação, afirmando que os camponeses, além de não constituírem uma classe, são incapazes de organização política. É o famoso “saco de batatas”.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. (...) A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (...) na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (...). Não podem representar-se, têm que ser representados (MARX, 1978, p. 115-116).

O livro de José de Souza Martins, “Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político” é um contraponto a essa visão. A obra é escrita em 1981 e refere-se aos movimentos camponeses que ocorreram no Brasil no período que vai da abolição da escravidão (1888) até o golpe militar (1964). Para Martins (1981), no Brasil a expressão camponês/campesinato tem a ver com a luta dos trabalhadores do campo a partir dos anos 1950. Por um lado, expressões regionalizadas como caipira, caiçara, caboclo, agregado, posseiro e sitiante são agrupadas no termo camponês. Por outro, os proprietários de terra, nas suas variantes regionais como estancieiro, fazendeiro, senhor do engenho, seringalistas e coronéis, representam os latifundiários. “Essas novas palavras – *camponês* e *latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas camponesas” (MARTINS, 1981, p. 22).

Martins (1981) destaca que “alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses” (p. 25). A partir disso, o autor analisa vários movimentos



camponeses, entre os quais pode-se destacar Canudos na Bahia (1893-1897), Contestado entre Paraná e Santa Catarina (1912-1916), Ligas Camponesas (1955-1964) e Revolta dos Colonos no Sudoeste do Paraná (1957). Destaca que “poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército” (p. 27).

Portanto, contrariamente ao que Marx (1978) analisou sobre o caso francês, Martins (1981) conclui que o camponês brasileiro é uma classe social e sua luta pela terra é um movimento político. Para Martins (1981) os camponeses constituem uma classe, pois, possuem uma unidade, qual seja, sua luta é a luta pela terra, o que faz “das guerras camponesas, guerras políticas” (p. 62). No texto que segue, será analisado um desses movimentos surgidos no Brasil, as Ligas Camponesas.

### **3 AS LIGAS CAMPONESAS NO BRASIL**

A produção de cana de açúcar no Brasil, que já estava bastante comprometida pela desvalorização no mercado internacional, ficou ainda mais comprometida e inviável aos grandes proprietários de terra após a crise de 30, deixando de ser um bom e rentável negócio.

Diante dessa crise, boa parte dos proprietários de Engenho optou por viver nas cidades e arrendar as terras aos trabalhadores do Engenho.

Os trabalhadores, chamados foreiros, trabalhavam e viviam em parcelas da propriedade e pagavam ao proprietário uma renda (foro). Essa renda, no entanto, era de um valor bastante alto, em muitos casos o valor pago durante três anos correspondia ao valor comercial de venda da parcela de terra ocupada pelo foreiro e sua família.

As figuras, 01, 02 e 03 ilustram a realidade de vida no Nordeste do Brasil, em um engenho, na década de 1950.



Figura 01: O Engenho. Fonte: Andrade, 1963, p. 75



Figura 02: A casa do foreiro. Fonte: Andrade, 1963, p. 111





Figura 03: Os Camponeses. Fonte: Andrade, 1963, p. 209



Após a Segunda Guerra Mundial, a produção de açúcar voltou a ser um bom negócio aos grandes produtores, proprietários de terras. Assim, muitos retomaram a produção de cana de açúcar. Para isso, os camponeses que ocupavam as terras tiveram que parar de produzir e nem todos continuaram empregados na produção do Engenho. Além disso, foram obrigados a deixar as terras onde viviam há muitos anos, com sua família e seu grupo social, pois:

O uso e a difusão da máquina fizeram cair a demanda de mão-de-obra e os trabalhadores tiveram que fazer migrações sazonais à procura de trabalho, levando-os a um maior grau de empobrecimento. (...) Em compensação as facilidades de comunicações os levaram a se organizar para reivindicar direitos e para reagir contra a espoliação de que estavam sendo vítimas (ANDRADE, 2004, p. 82).

A situação dos camponeses (foreiros) tornou-se bastante delicada, já que estavam sendo impedidos de continuar produzindo e vivendo em terras que por anos ocuparam e cuidaram como suas. Estavam sendo impedidos de continuar seu modo de vida, já que este está diretamente ligado à terra, e esta estava sendo-lhes negada. Assim,

Com a redemocratização do país, a partir de 1946, trabalhadores passaram a se organizar em associações profissionais, tentando formar sindicatos e ligas. Estas iniciaram as suas atividades com o apoio do Partido Comunista, ainda na década de 40, quando ele vive um curto período de legalidade. A organização em sindicatos era muito difícil, de vez que eles estavam sob controle do Ministério do Trabalho (ANDRADE, 2004, p. 82).

Nesse contexto, é que em 1954, no município de Santo Antão, em Pernambuco, no Engenho da Galiléia, surge o movimento que foi conhecido por “Liga dos Camponeses”.



Um grupo de 140 famílias (aproximadamente mil pessoas) viviam e produziam em uma área de terra de 500 ha, tendo cada família em média uma área de 3,5 ha. Pelo uso da terra pagavam uma renda anual que equivalia à metade do valor de venda da terra (BASTOS, 1984).

Com a retomada da produção de cana de açúcar, o proprietário do Engenho da Galiléia exigia a devolução das terras usadas pelos foreiros e a saída de muitos deles da propriedade. Esses camponeses não aceitaram tal exigência, sem contestar, reuniram-se para se fortalecer e lutar em prol do que acreditavam ser direito deles: “permanecer na terra”. Para isso, criaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Essa foi a forma que encontraram de representar-se legalmente, uma iniciativa dos próprios camponeses que logo teve apoio externo, tendo como seu representante legal Francisco Julião Arruda de Paula e apoio do Partido Comunista Brasileiro.

“Eles eram como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar. Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco” (Francisco Julião Arruda de Paula *apud* GASPAR, 2022).

Com a organização e luta dos camponeses somados ao apoio de Julião, conquistaram o direito de permanecer na terra em que viviam. Foi assim, que a Liga dos Camponeses se tornou um movimento forte e começou a expandir-se por todo o Estado de Pernambuco, como exemplo de organização social e política, dos camponeses e dos trabalhadores em geral. Organizações que se tornavam cada vez mais fortes e com maior número de adeptos, questionavam o poder dos latifundiários no campo e fortaleciam os movimentos dos trabalhadores urbanos nas cidades, representando uma força popular que simbolizou uma ameaça ao poder dominante daquela época. “Os chefes militares que muito se preocupam com a atuação das ligas acreditam que elas tenham de 30 a 35 mil adeptos em Pernambuco e cerca de 80 mil no Nordeste” (ANDRADE, 1963, p.247).

Posições ideológicas, interesses locais e regionais, influências e disputas de lideranças, provocaram o surgimento de vários movimentos camponeses que amedrontaram as classes dominantes, ocasionando a realização do golpe de 1964. Temiam elas o estabelecimento, sob orientação de Goulart, de uma república sindicalista (ANDRADE, 2004, pp. 82-83).

“Devemos sempre lembrar de que, em um período de transição, as antigas classes dominantes não estão ainda completamente desprovidas de sua força e a luta entre o novo e o antigo é uma luta de morte” (SANTOS, 2012, p.76).

## 4 O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO E EXPANSÃO DAS LIGAS CAMPONESAS

A partir do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil se insere num processo de desenvolvimento urbano-industrial, para o qual, a agricultura deveria desempenhar determinadas funções como a produção de alimentos abundantes e baratos para abastecer as cidades;



fornecer mão-de-obra para a indústria em expansão; produzir produtos exportáveis para a geração de divisas; ser consumidora de produtos industriais (OLIVEIRA, 1988). Entretanto, o diagnóstico da época era de uma agricultura “atrasada”, que não teria condições de atender as “funções” citadas acima. Era preciso, portanto, “modernizar”.

Foram 10 anos de organização popular, ocupação de engenhos e outras ações de grande impacto político. (...) Sua projeção nacional se deu principalmente pela exploração, por parte da mídia e das elites locais, do discurso de que o Nordeste, na década de 1950, seria uma “região problema”, caracterizada por calamidades climáticas, pela miséria, pela fome, por índices altos de mortalidade e baixos de saúde e educação, constituindo-se, enfim, em uma das representações do “atraso”. A “correção” dos problemas do Nordeste, segundo a narrativa da época, era apresentada como passo importante para alcançar o desenvolvimento do país. (...) Os camponeses nordestinos, por sua vez, organizaram-se em torno das Ligas para alcançar sua emancipação em relação à mesma elite que construiu essa narrativa. Uma de suas principais bandeiras, e que ainda é ponto central da atuação dos movimentos camponeses, era a reforma agrária (SARTORATO, 2018).

O modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, adotado, sobretudo a partir dos anos 60, conhecido como “modernização da agricultura” foi um processo extremamente desigual, do ponto de vista dos produtos (principalmente os exportáveis como milho e soja), das regiões (centro-sul) e dos agricultores beneficiados (os que já estavam em melhores condições). Graziano da Silva (1982), chamou esse processo de “a modernização dolorosa” ou “modernização conservadora”, uma vez que, alterou unicamente a base técnica sem alterar a estrutura fundiária do país, mantendo a base latifundiária.

O processo de modernização da agricultura brasileira capitaneada pelo Estado, foi um processo articulado de políticas de crédito, seguro, preço mínimo, pesquisa agropecuária e extensão rural. Conforme destacado por Graziano da Silva (1996), a agricultura torna-se cada vez mais ligada às indústrias (a montante e a jusante), constituindo os chamados complexos agroindustriais.

A extensão rural desempenhou um papel significativo e representativo nesse processo, pois, tinha a função de levar as inovações tecnológicas aos agricultores e convence-los a adotar tais tecnologias e práticas, ditas “modernas”, abandonando suas formas tradicionais de fazer agricultura, consideradas atrasadas naquele viés. Esse processo de extensão foi duramente criticado por Freire (2001), argumentando que se tratava de uma forma de violência cultural, que domestica o ser humano e é antidialógico, ou seja, não estava preocupado com as vontades dos agricultores, tratava-se de um processo totalmente “de cima para baixo” (FREIRE, 2001). O ensino nas escolas técnicas e superiores de agricultura também seguiam o mesmo modelo importado dos Estados Unidos, totalmente impositivo aos camponeses e desrespeitando seus conhecimentos e sua cultura. Freire, destaca que:

Desafiado pela visão crítica da reforma agrária, o agrônomo tem que preocupar-se com algo que vai mais além de uma mera assistência técnica (...) Como agente da mudança, com os camponeses (agentes também), cabe a ele inserir-se no processo de transformação, conscientizando-os e conscientizando-se ao mesmo tempo (FREIRE, 2001, p. 61).



Obviamente, que não foi dessa forma. As imposições do Estado dominante, silenciavam e oprimiam os camponeses, assim como o faziam os agentes extensionistas, que eram, funcionários dos órgãos que representavam o Estado. Os resultados “amargos” desse processo podem ser exemplificados pelo êxodo rural e os diversos problemas ambientais, seja do ponto de vista do esgotamento dos recursos naturais, bem como, através da poluição da água, solo, alimentos e do ser humano (GLIESSMAN, 2001).

## 5 A REFORMA AGRÁRIA AMEAÇAVA O PODER

Diante desse quadro em que o Brasil se encontrava, as Ligas cresciam e se fortaleciam, espalhando-se pelo Brasil. Havia conflitos de interesse e as ligas começaram a ser “disputadas” entre diferentes correntes de pensamentos políticos/ideológicos.

De um lado o PCB (Partido Comunista Brasileiro), acreditava na força das ligas, mas apenas se estas se juntassem e fossem lideradas pelos trabalhadores urbanos, pois não percebiam o poder de organização e luta inerentes ao modo de vida camponesa. Acreditavam que os camponeses deveriam ser “guiados” por outra classe de trabalhadores, que consideravam mais politizada, os trabalhadores urbanos (Revolução Democrática Burguesa).

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e de luta política dos camponeses... (MARTINS, 1981, p.67).

De outro lado, os camponeses conheciam sua força e tinham o apoio de Francisco Julião e outros políticos que acreditavam na capacidade revolucionária da organização camponesa, inspirados pela Revolução Camponesa em Cuba e China (Revolução das Massas).

A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, na Paraíba, o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local. Pouco depois esse núcleo congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iriam se espalhar pelos municípios limítrofes. (...) Entre 1960 e 1961, as Ligas organizaram comitês regionais em cerca de dez estados da Federação. Em 1962 criou-se o jornal A Liga, porta-voz do movimento, que pretendia ter uma difusão nacional, mas que na realidade permaneceu ligado a um número reduzido de leitores, que eram os próprios militantes do movimento. Também nesse ano fez-se uma tentativa de constituir um partido político que se chamou Movimento Revolucionário Tiradentes. O que ocorreu, no entanto, é que enquanto as reivindicações camponesas pela terra, advogadas pelas Ligas, ganhavam corpo, as pretensões políticas da cúpula do movimento se esvaziavam diante de um movimento sindical organizado e mais ligado à Igreja e ao Estado (MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS, 2023).



Depois de muitas lutas, movimentos e organizações, as ligas tornaram-se fortes. Os camponeses buscavam mais do que ficar nas terras em que viviam, colocaram a Reforma Agrária como Bandeira de Luta para a transformação da sociedade brasileira e,

As Ligas Camponesas, iniciadas em Pernambuco sob a orientação do deputado socialista Francisco Julião, eram uma sociedade civil, tendo sido bem aceitas e orientadas, sobretudo por pequenos produtores, proprietários e arrendatários, e logo se expandiram por todo o Brasil. (...) nas Ligas Camponesas, a primeira reivindicação era a reforma agrária que desejavam se fizesse “na lei ou na marra” (ANDRADE, 2004, p. 82).

A Música “Ordem e Progresso” de Zé Pinto (1997), mantém claro o discurso em defesa da Reforma Agrária, assim como a Liga dos Camponeses estabelecera como bandeira na sua luta, antes que o Golpe Militar os silenciasse.

No ano de 1997, cerca de 100 mil pessoas receberam em Brasília, a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, em denúncia ao Massacre de Eldorado dos Carajás. Foi no trajeto da marcha que Zé Pinto escreveu a música: “Ordem e progresso”. Em suas próprias palavras: “A música que o povo luta porque ama a pátria. Infelizmente às vezes vem a repressão e bate nas pessoas que estão querendo uma coisa melhor pra todos” (ALCÂNTARA, 2022).

No quadro 01, está a letra entoada há mais de 25 anos, em nome da Reforma Agrária,

Quadro 01: Música “Ordem e Progresso”. Fonte: Pinto (2022).

<p style="text-align: center;"><b>Ordem e Progresso</b> <b>José Pinto de Lima</b></p> <p style="text-align: center;">Esse é o nosso país Essa é a nossa bandeira É por amor a essa pátria Brasil Que a gente segue em fileira</p> <p style="text-align: center;">Queremos que abrace essa terra Por ela quem sente paixão Quem põe com carinho a semente Pra alimentar a nação Quem põe com carinho a semente Pra alimentar a nação Amarelos são os campos floridos As faces agora rosadas Se o branco da paz se irradia Vitória das mãos calejadas Se o branco da paz se irradia Vitória das mãos calejadas</p> <p style="text-align: center;">Esse é o nosso país...</p> <p style="text-align: center;">Queremos mais felicidades No céu deste olhar cor de anil No verde esperança sem fogo Bandeira que o povo assumiu No verde esperança sem fogo Bandeira que o povo assumiu A ordem é ninguém passar fome</p>
--



Progresso é o povo feliz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz  
  
Esse é o nosso país...

Mais uma vez, a arte demonstrou seu papel na história, sobretudo, de reafirmar que luta não morre, como alguns querem convencer o povo. Mesmo em meio às crises, de luto pelos mártires, o povo Sem Terra segue cantando, transformando sua dor em rebeldia (ALCÂNTARA, 2022).

Em 31 de março de 1964, os militares tomam o poder e acabam com qualquer tipo de mobilização organizada. As Ligas são silenciadas, com mortes, perseguições e prisões. Os militares optaram pela “modernização conservadora”, ou seja, mudança da base tecnológica sem alterar a estrutura fundiária do país (Graziano da Silva, 1982). No entanto,

Seu erro ou seu equívoco é desconhecer que o tempo em que gerações viveram, experimentaram, trabalharam, morreram e foram substituídas por outras gerações que continuaram a viver, experimentar, trabalhar, morrer, não é um tempo de calendário (...) é um tempo real (...) é um tempo de acontecimentos em que os camponeses, de geração em geração se foram constituindo em certa forma de ser, ou de *estar sendo*, que *per-dura* na nova estrutura. Esta é a razão pela qual, o tempo da estrutura anterior, de certo modo, e em muitos aspectos, “co-existe” com este. Assim é que os camponeses no tempo novo, revelam, em seus modos de comportar-se, de maneira geral, a mesma dualidade básica que tinha na estrutura latifundista. E é inteiramente normal que isso aconteça (FREIRE, 2001, p 59. Grifos no original).

O sonho continuou na luta calada dos camponeses, dos trabalhadores urbanos, dos estudantes, artistas e tantos outros grupos sociais. A música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, de 1968, foi censurada por representar um hino de resistência contra o Governo Militar e serve para mostrar que o silêncio da luta é aparente, como pode ser percebido em sua letra e as repetições dos refrões, vistos na música do quadro 02:

Quadro 02: Música de Geraldo Vandré “Pra não dizer que não falei das flores”.

**Pra não dizer que não falei das flores**  
**Geraldo Vandré**

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais, braços dados ou não  
Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações  
Pelas ruas marchando indecisos cordões  
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores vencendo o canhão



Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não  
Quase todos perdidos de armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição  
De morrer pela pátria e viver sem razão  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Somos todos soldados, armados ou não  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais, braços dados ou não  
Os amores na mente, as flores no chão  
A certeza na frente, a história na mão  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer  
Vem, vamos embora...

Fonte: Vandr  (2022).

A música "Pra não dizer que não falei das flores" foi escrita e cantada por Geraldo Vandr  em 1968, (...) O tema, também conhecido como "Caminhando", se tornou um dos maiores hinos da resistência ao sistema ditatorial militar que vigorava na época. (...) A música era, então, usada como um instrumento de combate, que pretendia divulgar, de forma direta e concisa, mensagens ideológicas e de revolta (MARCELLO, 2022).

Com o processo de redemocratiza o os movimentos sociais ressurgem por todo o Brasil. Um deles, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), fortemente inspirado nos princípios da Ligas Camponesas, "herdeiro natural daquela histórica organiza o" (STEDILE, 2006, p. 16). "As Ligas Camponesas foram o principal movimento camponês de massas da década de 1960 e colocaram, na ordem do dia, sua palavra de ordem: Reforma Agrária na Lei na Mara" (STEDILE, 2006, p. 05).

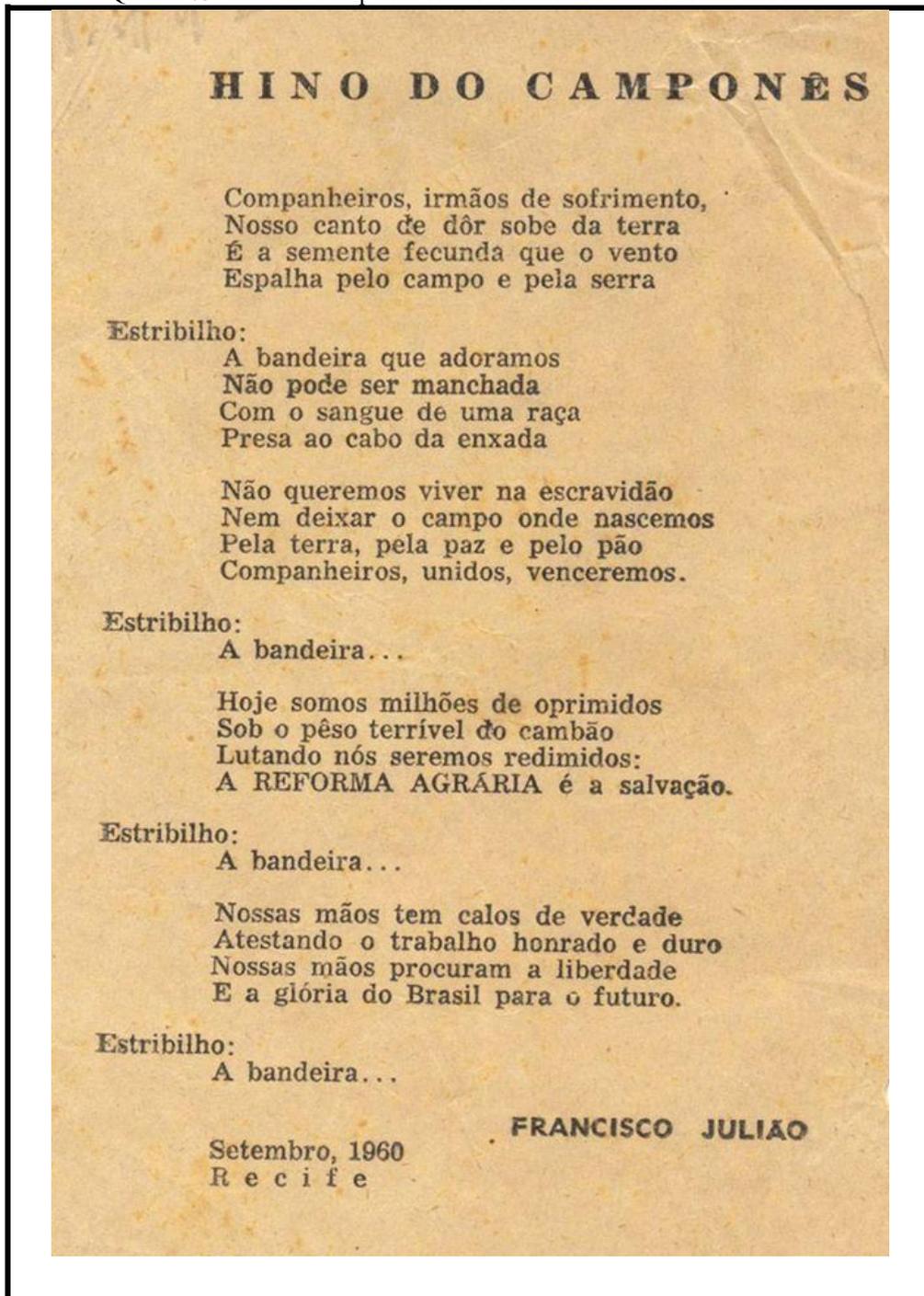
Os movimentos sociais no Brasil são permanentes, as vezes enfraquecidos por diferentes fatores, em outros momentos, fortalecidos pela luta e representatividade, num anseio constante das organiza es de massa e de minorias, em busca da justiça social, da real democracia e dos direitos humanos em todos seus aspectos. Neste sentido, o reconhecimento das Ligas Camponesas se faz presente em vários eventos e organiza es pelo Brasil.



Em 2012, o maestro Geraldo Menucci, musicou o “Hino Camponês” (quadro 03), letra de Francisco Julião, escrito em 1960. Na ocasião afirmou que:

Eu apoio o MST porque é uma decorrência histórica dessa luta em busca da Reforma Agrária. Com o golpe militar, essa luta foi distanciada. E com o MST estamos recuperando e resgatando toda essa luta e também restaurando o conteúdo filosófico das Ligas Camponesas e de Francisco Julião. Infelizmente o período de 64 ainda não passou de forma essencial para a juventude brasileira e é preciso trabalhar neste sentido (MST, 2023).

Quadro 03: Hino do Camponês. Autor: Francisco Julião Arruda de Paula.



Fonte: Moreira (2023).



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados aproximadamente 80 anos desde o surgimento das Ligas Camponesas no Brasil, o país permanece com o mesmo problema estrutural: a falta de uma Reforma Agrária que dê condições de trabalho e vida àqueles que da terra não dispõem e por ela lutam, apesar das ameaças, das incertezas e da exploração.

Neste ensaio resgatou-se parte da história, das características e dos princípios ideológicos das Ligas Camponesas. Ficou evidente seu papel social e político, sua força motriz aos movimentos sociais do campo no Brasil e a sua inspiração, que serviu de base, para a criação do maior movimento do campo, vigente: o MST.

A beleza da luta e a força dos movimentos sociais estão presentes na cultura popular brasileira, aqui representadas por três músicas, consideradas “hinos de luta pela liberdade” em tempos distintos, mas que se complementam, já que as bandeiras de luta se modificam e se transformam em cada fase política do Brasil, mas não se encerram enquanto o povo clamar por igualdade e justiça social, em quaisquer de suas esferas.

## AGRADECIMENTOS

À UTFPR por conceder afastamento integral aos servidores para qualificação.

Ao Professor João Edmilson Fabrini, por ter me apresentado o tema das Ligas Camponesas, em disciplina ministrada no Programa de Pós Graduação em Geografia – UNIOESTE – Francisco Beltrão.



## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Fernanda. Zé Pinto: Fazer poema de arma, pra fazer arma de flor. 13 mai. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/13/ze-pinto-fazer-poema-de-arma-pra-fazer-arma-de-flor/>. Acesso em 04 jun. 2022.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas camponesas no nordeste. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- A terra e o homem no nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- A questão do território no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hicitec, 2004
- BASTOS, Ellide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GASPAR, Lúcia. Francisco Julião. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/francisco-juliao/>. Acesso em 07 jun. 2022.
- GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.
- A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.
- MARCELLO, Carolina. Pra não dizer que não falei das flores, de Geraldo Vandré (análise da música). Disponível em: <https://www.culturagenial.com/musica-pra-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores-de-geraldo-vandre/>. Acesso em 04 jun. 2022.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS. História das Ligas Camponesas. Disponível em: [http://www.ligascamponesas.org.br/?page\\_id=99](http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99). Acesso em 01 ago. 2023.
- MOREIRA, Gilvander. Hino do camponês (Hino das Ligas Camponesas), Escrito por Francisco Julião. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFhino-do-campones-escrito-por-francisco-juliao/>. Acesso em 01 ago. 2023.
- MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Estamos resgatando a luta e o conteúdo filosófico das Ligas Camponesas. Disponível em <https://mst.org.br/2012/07/31/estamos-resgatando-a-luta-e-o-conteudo-filosofico-das-ligas-camponesas/>. Acesso em 01 ago. 2023.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PINTO, Zé. Ordem e Progresso. 1997. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ze-pinto/1374926/>. Acesso em 04 jun. 2022.



SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SARTORATO, Diogo. O que foram as Ligas Camponesas homenageadas pela marcha do MST. 13 mai. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/13/o-que-foram-as-ligas-camponesas-homenageadas-pela-marcha-do-mst/#:~:text=O%20movimento%20surgiu%20nos%20%C3%BAltimos,para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20socialismo>. Acesso em 07 jun. 2022.

STEDILE, J.P. (org.). A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TREMEA PLEIN, Ivonete Terezinha. As Ligas Camponesas e a força dos movimentos sociais no campo. Anais do VI Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades. Campo Grande, 2022. Disponível em: <https://eventos.uems.br/pagina/p/simposio-nacional-sobre-pequenas-cidades/anais>.

VANDRE, Geraldo. Pra não dizer que não falei das flores. 1968. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/geraldo-vandre/46168/>. Acesso em 04 jun. 2022.